



## RACISMO AMBIENTAL EM FOCO

Ana Beatriz da Silva Indio <sup>1</sup>

Gustavo José de Oliveira dos Santos <sup>2</sup>

Thayana Santos Simões <sup>3</sup>

Juliere Gomes da Silva <sup>4</sup>

Fabio Tadeu de Macedo Santana <sup>5</sup>

### RESUMO

Em uma sociedade cada vez mais imagética, a fotografia transcende seu papel de mera ilustração para se tornar uma ferramenta pedagógica fundamental. Ela tem a capacidade de proporcionar aos estudantes a desenvolverem a alfabetização visual, aprendendo a ler, interpretar e questionar criticamente os espaços que os cercam. O projeto "Racismo Ambiental em Foco", desenvolvido com estudantes do Ensino Médio do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti (Rio de Janeiro) no âmbito do PIBID/UERJ, investiga como o racismo ambiental se materializa no tecido urbano carioca. A iniciativa parte da premissa de que populações negras e periféricas são desproporcionalmente afetadas pela desigualdade no acesso a saneamento básico, áreas verdes e infraestrutura, sofrendo mais intensamente com enchentes, poluição e negligência do poder público. O objetivo geral é investigar e representar visualmente o racismo ambiental, utilizando a fotografia como ferramenta geográfica para fomentar o olhar crítico dos estudantes sobre o espaço vivido. A metodologia adotada é participativa e estruturada em quatro etapas. A primeira enfatiza a formação e sensibilização, abordando além dos conceitos ambientais, outros conceitos como direito à cidade e cartografia da desigualdade. A segunda etapa envolve saídas de campo no entorno da unidade escolar (Largo do Machado, Catete) e instrução dos estudantes para que eles possam registrar, através de fotografias autorais, cenários que revelam situações de racismo ambiental. Na terceira etapa, os estudantes selecionam e analisam suas fotografias, refletindo sobre a conexão entre a imagem capturada e o conceito de racismo ambiental. Na quarta etapa, com a curadoria e montagem de uma exposição fotográfica aberta à comunidade escolar, socializando os resultados da investigação. Espera-se que o projeto não apenas capacite os alunos a identificar as marcas territoriais da injustiça ambiental, mas também consolide o uso da linguagem visual como um potente instrumento pedagógico de denúncia e conscientização.

**Palavras-chave:** Racismo Ambiental, Fotografia, Ensino de Geografia, Desigualdade Urbana.

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [anabeatrizindio08@gmail.com](mailto:anabeatrizindio08@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [gustavosantos.profgeo@gmail.com](mailto:gustavosantos.profgeo@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [simoesthayana@gmail.com](mailto:simoesthayana@gmail.com);

<sup>4</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [julieregomes@email.com](mailto:julieregomes@email.com);

<sup>5</sup> Professor orientador: Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense- UFF, [professorfabiotadeu@gmail.com](mailto:professorfabiotadeu@gmail.com).



## INTRODUÇÃO

O racismo ambiental se configura como uma forma de discriminação socioespacial, expressa pela materialização de práticas e estruturas discriminatórias no espaço, caracterizada pela imposição desproporcional dos impactos negativos da degradação ambiental a grupos étnicos minoritários e comunidades em situação de vulnerabilidade. No contexto das cidades brasileiras, e de forma acentuada no Rio de Janeiro, esse fenômeno se traduz na desigualdade de acesso a recursos essenciais como infraestrutura urbana, saneamento básico, áreas verdes e moradia de qualidade. Historicamente, populações negras e periféricas são sistematicamente alocadas em áreas de risco, negligenciadas pelo poder público e, conseqüentemente, mais atingidas por catástrofes ambientais, como enchentes e deslizamentos, além de conviverem com a poluição e o acúmulo de lixo.

Este artigo propõe uma investigação visual do racismo ambiental através da captura de imagens. O projeto, desenvolvido no âmbito do PIBID, com alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti, Zona Sul do Rio de Janeiro, utiliza a produção de registros fotográficos autorais, a fim de analisar e denunciar as marcas desse processo na paisagem urbana e no cotidiano.

O objetivo central do presente trabalho é representar, visualmente, o racismo ambiental, desenvolvendo nos estudantes um olhar crítico sobre as desigualdades socioambientais em seu entorno. Essa proposta dialoga com as reflexões de Gomes (2017), em seu livro *Quadros Geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar*, ao compreender que o raciocínio geográfico se constrói a partir da capacidade de representar e interpretar o espaço através de quadros que articulam fenômenos e relações. Assim, ao transformar a observação do território em imagem e análise, o trabalho busca produzir, com os estudantes, um “quadro geográfico” que evidencie as formas desiguais de apropriação do espaço, estimulando uma leitura crítica das injustiças socioambientais.

Quanto aos objetivos específicos, destacam-se: 1) compreender o conceito e as manifestações do racismo ambiental; 2) identificar *in loco* as desigualdades ambientais; 3) produzir fotografias como evidências visuais; 4) apresentar os resultados em mostra para conscientização; e 5) validar o uso de recursos imagéticos como ferramentas didáticas críticas.

A relevância deste estudo reside na urgência de se confrontar o racismo ambiental, reconhecido como um dos mecanismos que aprofundam e perpetuam a desigualdade social no Brasil. A urbanização excludente e a negligência estatal, heranças de um pensamento colonial





que relegou a população negra a posições de vulnerabilidade, como sinaliza Hasenbalg (1979).

Conforme apontado por Santana (2018), o Estado, ao priorizar as demandas do mercado, perpetua um discurso homogeneizador que, na prática, reforça a exclusão social e privilegia regiões e populações já beneficiadas. A fotografia, neste contexto, emerge como um meio potente para subverter esse discurso hegemônico, oferecendo uma voz e um registro visual autêntico das realidades negligenciadas. O fato de este projeto ser conduzido no contexto do PIBID, envolvendo a colaboração entre universidade e escola pública, reforça seu caráter prático e transformador. Ao documentar a poluição, a falta de saneamento ou a ausência de áreas verdes em seus próprios bairros, os alunos do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti se tornam agentes de sua própria narrativa, desconstruindo estigmas e promovendo uma compreensão mais profunda e pessoal do problema.

## **METODOLOGIA**

A atividade foi desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), buscando articular teoria e prática, a fim de aproximar os conceitos trabalhados em sala de aula e a realidade vivenciada pelos estudantes diante “seus” lugares. O desenvolvimento da atividade ocorreu em duas etapas principais, com a previsão de uma terceira etapa futura.

Na primeira etapa, os estagiários do PIBID realizaram uma explanação em sala de aula, apresentando e discutindo os conceitos de racismo ambiental, lugar e paisagem. A abordagem teve caráter dialógico, incentivando os alunos a compartilharem percepções e experiências relacionadas às desigualdades socioespaciais e às condições ambientais de seus bairros. Essa discussão inicial teve o intuito de criar um repertório conceitual e crítico para a realização da atividade prática.

Na segunda etapa, foi proposta uma atividade prática domiciliar, na qual os alunos deveriam registrar uma fotografia do local onde moram, podendo ser a residência, a rua, o entorno imediato, trajeto entre casa e escola ou um ponto que considerassem representativo do seu cotidiano. A escolha da imagem deveria refletir aspectos que evidenciassem, direta ou indiretamente, desigualdades ambientais, precariedades urbanas ou contrastes socioespaciais, de modo a suscitar uma reflexão sobre como o racismo ambiental se manifesta nas diferentes realidades territoriais.





Cada aluno também preencheu uma ficha técnica acompanhando a fotografia, contendo informações como data, horário, localização (bairro e município), breve descrição do local e justificativa da escolha. Essa ficha teve como finalidade contextualizar o registro e possibilitar uma análise mais aprofundada das percepções individuais sobre o ambiente vivido.

Por fim, projeta-se uma terceira etapa, a ser implementada futuramente, que compreenderá em organizar uma exposição na escola, como culminância do trabalho desenvolvido. A mostra reunirá as fotografias e as fichas técnicas produzidas pelos alunos, permitindo compartilhar os resultados da atividade com toda a comunidade escolar.

A exposição pretende ampliar o debate sobre o racismo ambiental, valorizando o protagonismo dos estudantes e evidenciando a potência da educação geográfica, como instrumento de leitura crítica do espaço e de conscientização socioambiental.

Os estagiários do PIBID atuaram como mediadores do processo de ensino-aprendizagem, promovendo o diálogo entre os saberes escolares e as vivências dos alunos. Essa metodologia participativa permitiu que a prática docente se configurasse como uma experiência formativa tanto para os licenciandos quanto para os estudantes da escola, ao fomentar a construção coletiva do conhecimento geográfico e a reflexão crítica sobre o território e as desigualdades ambientais.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho fundamenta-se em uma abordagem crítica e interdisciplinar, articulando conceitos da Geografia Humana, Sociologia Urbana e Educação Visual, a fim de investigar o racismo ambiental na cidade do Rio de Janeiro. A construção teórica da pesquisa parte da compreensão de que o espaço urbano é produto de relações sociais historicamente desiguais, marcadas por processos de exclusão, estigmatização e negligência institucional. A relação entre sociedade e natureza é o pilar da Geografia, como parte da Ecologia Política, constituindo o eixo central deste trabalho. Ao investigar o racismo ambiental no espaço urbano do Rio de Janeiro, o projeto em questão parte da compreensão de que as desigualdades ambientais não são apenas reflexo de fenômenos naturais, mas resultado direto de processos sociais, históricos e políticos que moldam o território.

Segundo Marcelo Lopes de Souza (2019), em *“Territórios e Ambiente - Uma introdução à Ecologia Política”* é impossível dissociar os conflitos ambientais, das estruturas





sociais que os produzem. A Ecologia Política propõe uma leitura crítica dos ambientes, revelando como o acesso à natureza e aos seus benefícios, é mediado por relações de poder, interesses econômicos e desigualdades raciais e territoriais. No contexto urbano brasileiro, essa mediação se expressa na distribuição desigual de infraestrutura, saneamento, áreas verdes e proteção ambiental. Populações negras e periféricas, como as envolvidas no trabalho, são frequentemente excluídas dessas garantias, sofrendo com enchentes, poluição atmosférica, descarte inadequado de resíduos sólidos e negligência do poder público.

Milton Santos reverbera essa perspectiva ao afirmar que *“O espaço, uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem”* (Santos 1996, p. 67), argumentando que o espaço geográfico é uma construção social, técnica e simbólica, onde se articulam razão e emoção. Para Santos, o espaço não é apenas um suporte físico, mas um produto das práticas sociais que nele se desenvolvem. Essas leituras permitem compreender como a paisagem urbana carrega marcas da exclusão e da desigualdade, revelando territórios que são sistematicamente desqualificados e invisibilizados. A distribuição de recursos, nesse contexto, não é neutra, ela pode ser utilizada para reforçar privilégios e aprofundar desigualdades, especialmente quando orientada por interesses hegemônicos.

Complementando essa perspectiva crítica, a produção do espaço urbano enquanto construção simbólica e imagética também merece atenção, sobretudo quando se trata das representações das periferias nas mídias e nos discursos institucionais. A favela, por exemplo, historicamente estigmatizada, aparece com frequência nos meios de comunicação associada à violência, à criminalidade e à precariedade, o que reforça um imaginário social excludente que naturaliza a marginalização desses territórios.

No entanto, essa visão hegemônica deve ser questionada a partir de leituras que valorizem as dimensões subjetivas, estéticas e culturais das periferias. Nesse sentido, Santana (2018), ao analisar a série Cidade dos Homens, propõe enxergar a favela como paisagem, ou seja, como um espaço vivido, carregado de sentidos, afetos e memórias. Sua abordagem desloca o olhar da favela como “problema urbano” e passa a compreendê-la como parte legítima da cidade, onde se constroem identidades, redes de solidariedade e práticas cotidianas que desafiam a lógica da exclusão.





Essa concepção amplia o debate geográfico ao considerar que a imagem dos territórios também contribui para sua valorização ou estigmatização. Trabalhar com a paisagem como categoria analítica, portanto, nos permite compreender como o espaço periférico é atravessado por disputas simbólicas e políticas, tornando-se um campo de resistência frente às narrativas que o desumanizam.

A articulação entre racismo ambiental e emergência climática reforça ainda mais a atualidade e a urgência dos debates propostos neste trabalho. Conforme aponta Belmont (2023), os impactos da crise climática no Brasil não são distribuídos de maneira equitativa. Há uma evidente correlação entre os eventos extremos, como enchentes, deslizamentos de terra, ondas de calor e escassez de água e os territórios ocupados, majoritariamente, por populações negras, indígenas e periféricas.

Essa vulnerabilidade não é fruto do acaso ou apenas da geografia física, mas sim da forma como o espaço urbano foi historicamente organizado a partir de interesses excludentes, que negligenciam os direitos dessas populações ao acesso à terra segura, infraestrutura urbana e políticas ambientais inclusivas. Belmont, supracitada, propõe uma abordagem interseccional e decolonial da justiça climática, destacando que as questões ambientais não podem ser dissociadas das desigualdades estruturais que marcam o Brasil desde seu processo de colonização. Ao evidenciar que as comunidades racializadas são constantemente ignoradas nas decisões sobre planejamento urbano, investimentos públicos e respostas a desastres ambientais, a autora desafia as soluções genéricas e tecnocráticas para a crise climática, defendendo ações que sejam ao mesmo tempo ecológicas, sociais e reparadoras. Assim, o racismo ambiental é reconhecido não apenas como um conceito descritivo, mas como uma ferramenta crítica para transformar a maneira como produzimos e gerimos as cidades.

Como bem ressaltou Gomes (2017), ao discutir a noção de “quadros geográficos”, como formas de ver e interpretar o mundo, o espaço geográfico não constitui apenas um cenário neutro, onde os fenômenos acontecem, mas um campo ativo de produção de significados. Ao propor que a geografia seja uma prática de leitura e representação do território, o autor destaca que todo discurso geográfico carrega consigo uma intencionalidade, ou seja, uma forma de organizar o espaço e, por consequência, de organizar a sociedade. Essa perspectiva é especialmente relevante quando se analisa a maneira como certos territórios urbanos são representados, regulados e transformados com base em interesses dominantes. Os “quadros” utilizados para pensar a cidade, por meio de políticas públicas, planejamentos





urbanos, estatísticas e discursos oficiais, frequentemente ignoram as vivências concretas das populações marginalizadas, perpetuando estigmas e reforçando desigualdades. Incorporar essa crítica à produção do conhecimento geográfico é essencial para desnaturalizar as formas como os territórios periféricos são sistematicamente invisibilizados, desvalorizados e excluídos das narrativas urbanas.

Assim, compreender os quadros geográficos como construções sociais, permite ampliar as possibilidades de atuação política e epistemológica, valorizando saberes contra hegemônicos e experiências territoriais que desafiam a lógica dominante da cidade.

A fotografia então, se apresenta como uma importante ferramenta para a Geografia, uma forma de observar e criar através de um quadro (uma foto). Assim como esta ciência, ela tem a paisagem como um de seus principais objetos de observação e análise. Se, nas antigas representações geográficas, os desenhos não eram capazes de expressar com totalidade e clareza os elementos estudados, o advento da fotografia transformou profundamente o modo de escrutinar e compreender o espaço geográfico.

Segundo Castellar, 2019,

*A Geografia apresenta o mundo por meio de representações. Mapas, imagens de satélite, fotografias e vídeos revelam o mundo, seus detalhes, gestos, tempos e movimentos do passado e do presente, combinando-se em expressões visuais, auditivas, olfativas, palatáveis e táteis, capturadas pelos sentidos e significadas pela história individual do sujeito em contato. Apresentado ao mundo que foi e ao mundo que está sendo, o indivíduo somente pode interpretá-lo geograficamente se contar com os códigos e o vocabulário da Geografia, que são suas categorias e princípios; suas linguagens e representações e formas de raciocínio diante do problema, condição de enfrentamento que permeia a vida do sujeito (p. 13).*

No tocante ao ato de fotografar, em essência, pode-se afirmar que este transcende a simples captura de um momento. Longe de ser um registro neutro da realidade, a fotografia é a materialização do olhar. Essa perspectiva transforma a imagem em uma ferramenta poderosa para a geografia, onde cada registro carrega a marca pessoal e cultural de seu criador. Em vez de serem meros espectadores, os alunos se tornam protagonistas. Ao fotografar o próprio bairro ou comunidade, utilizam a câmera como uma ferramenta de empoderamento. A fotografia se transforma, assim, em um poderoso instrumento de luta e conscientização, permitindo que os estudantes expressem sua indignação, registrem os



problemas locais e, mais importante, proponham soluções. (STEINKE, JÚNIOR, COSTA 2014, p.160)

A fotografia assim, se constitui como um importante recurso pedagógico e lúdico no ensino da Geografia, pois permite aproximar o aluno da realidade espacial e dos fenômenos que estruturam o mundo em que vive. Ao trazer para a sala de aula representações visuais de diferentes paisagens e dinâmicas socioespaciais, tornando conceitos abstratos em concretos, possibilitando uma aprendizagem significativa e contextualizada. Sua utilização no ensino de Geografia amplia as possibilidades de compreensão do espaço e das relações sociais que nele se desenvolvem, se consolidando como prática educativa que instrui para a vida e para a leitura crítica do mundo.

A participação ativa dos estudantes na produção de imagens, análises e reflexões no projeto Racismo Ambiental em Foco está diretamente alinhada com os princípios da educação libertadora defendidos por Paulo Freire. Em Pedagogia da Autonomia, Freire afirma que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos” (Freire 2011, p. 25) e que o ato de educar deve ser um exercício de liberdade, diálogo e construção coletiva do conhecimento.

Ao colocar os alunos como protagonistas da investigação na produção e análises das fotografias, o projeto rompe com a lógica bancária da educação, em que o professor apenas transmite conteúdo. Em vez disso, promove uma prática pedagógica dialógica, onde os estudantes são sujeitos do processo, capazes de interpretar criticamente a realidade e transformá-la. As imagens capturadas não são apenas registros técnicos, mas expressões de leitura de mundo, carregadas de sentido e posicionamento.

Freire enfatiza que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção” (Freire 2011, p. 47). Nesse sentido, o uso da fotografia como ferramenta pedagógica permite que os alunos construam saberes a partir de suas vivências, percepções e territórios. A análise das imagens, realizada por meio de fichas, reflexões dos alunos e debates coletivos, fortalece a autonomia intelectual dos estudantes e amplia sua capacidade de compreender as relações entre sociedade, natureza e desigualdade.

A proposta metodológica do projeto, ao valorizar a escuta, o diálogo e a expressão visual, concretiza os princípios da pedagogia freireana, uma educação comprometida com a formação crítica, com a valorização da experiência dos educandos e com a transformação social. A participação dos alunos não é apenas uma etapa do processo, é o próprio motor da aprendizagem significativa. A trajetória teórica do trabalho se constrói, portanto, na





intersecção entre espaço, imagem e desigualdade, buscando formar sujeitos conscientes e atuantes na luta por justiça socioambiental.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As realidades vivenciadas pelos alunos das escolas públicas do Rio de Janeiro expressam, de forma concreta, os efeitos do que se denomina racismo ambiental. Grande parte dos estudantes reside em comunidades marcadas por problemas de saneamento precário, acúmulo de resíduos, ausência de áreas verdes, enchentes frequentes e poluição ambiental.

Essas condições não são por acaso, e sim resultado direto de um processo histórico de exclusão e marginalização que remonta ao período colonial e às consequências da escravidão. O Estado brasileiro, ao longo de sua formação, não promoveu reparações ou políticas de integração social efetivas para a população negra, o que contribuiu para consolidar territórios vulnerabilizados e invisibilizados. (SOUZA, 2003)

Exemplificando o que foi descrito nos parágrafos anteriores, em umas das atividades propostas, uma aluna registrou duplamente, através da fotografia e texto escrito, a forte poluição do ar no bairro do Caju, relacionando-a à intensa movimentação de veículos na Avenida Brasil e à presença de atividades industriais e portuárias na região.

FIGURA 1 e 2



Fonte figura 1 e 2: Silva, L. (2025)

A estudante apontou e salientou a ausência de áreas verdes no entorno, evidenciando a pouca preocupação do poder público com o bem-estar da população local, além de destacar que a qualidade de vida se encontra sacrificada em nome das atividades econômicas e logísticas que a área desempenha. Outras produções realizadas pelos alunos reforçaram essa percepção.



Grande número das imagens enviadas retratava lixo a céu aberto e a falta de recolhimento regular de resíduos sólidos em áreas periféricas, o que expõe a população a riscos de doenças e epidemias decorrentes da insalubridade. Essas representações revelam

como as crianças, mesmo em idade escolar, percebem e vivenciam cotidianamente as consequências do racismo ambiental, compreendendo a desigualdade socioespacial como parte de sua realidade imediata.

Figura 3 e 4



Fonte figura 3: Brito, B. (2025) Fonte figura 4: Lacerda, J. (2025)

No ambiente escolar, tais vivências se refletem em desafios pedagógicos, sociais e ambientais. Assim, o espaço escolar torna-se reflexo das contradições urbanas e sociais da cidade, onde o direito à educação de qualidade é atravessado pelas desigualdades ambientais.

A análise dos dados empíricos, obtidos a partir de fotografias e reflexões de estudantes, reforça a discussão sobre o direito à cidade e à cidadania, conforme aponta Souza (2003). A leitura crítica das imagens e mapas destacou duas categorias centrais, expondo as profundas desigualdades socioespaciais:

#### 1. Saneamento, Meio Ambiente e Lixo:

As fotografias registram o acúmulo de lixo em vias e áreas degradadas, denunciando a negligência do poder público. As falas dos estudantes expressam indignação na convivência diária com mau cheiro, vetores de doenças e falta de coleta eficiente, problema que, segundo eles, atinge de forma mais severa os bairros periféricos. A crítica transcende a dimensão sanitária, evidenciando uma desigualdade social com dimensão racial. Um aluno relata a



poluição de rios e esgoto a céu aberto, destacando o impacto na saúde pública e a forma como o lixo se torna parte da paisagem e da sociabilidade local. Os estudantes concluem que tal

abandono não é natural, mas fruto da desigualdade, ferindo o direito à moradia, à dignidade e à cidade.

## 2. Infraestrutura e Racismo Geográfico:

As imagens produzidas pelos alunos revelam o contraste entre bairros bem estruturados e áreas de baixa renda, o que é interpretado como reflexo da "seletividade urbana" no investimento de capital e distribuição de serviços. Os estudantes apontam o "racismo geográfico" como o fator que historicamente marginalizou populações negras e pobres a áreas de risco e precariedade. As reflexões são contundentes: "a cidade é dividida de forma desigual" e o direito à cidade "não é garantido para todos de forma justa", evidenciando que o contraste entre bairros é uma forma silenciosa, porém persistente, de racismo ambiental. Os alunos concluem que, enquanto populações negras e pobres lutam por uma cidade justa, enfrentando abandono e lixo, outros desfrutam de infraestrutura e aparelhamento, reforçando que o direito à cidade é "seletivo, racista e desigual".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível constatar que as fotografias autorais representam registros visuais das injustiças ambientais, presentes no cotidiano. Elas evidenciam como a natureza, mediada socialmente, torna-se campo de disputa, onde o acesso e a proteção são seletivos. A proposta pedagógica, ao promover a leitura crítica do espaço pela imagem, forma sujeitos capazes de reconhecer e denunciar desigualdades, consolidando a fotografia como ferramenta de conscientização, transformação e denúncia à materialização do Racismo num espaço geográfico. As imagens dos alunos do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti não só documentam a precariedade e a negligência institucional, mas também expressam suas vivências. Ao transformar o olhar cotidiano em denúncia, os estudantes se tornaram protagonistas de uma narrativa contra hegemônica, desafiando estigmas e ampliando o debate sobre justiça ambiental e racial. O registro fotográfico, nesse contexto, transcende a mera imagem, carregando a interpretação, escolha e intencionalidade do olhar singular de cada sujeito sobre o racismo ambiental.





O projeto reforça a educação geográfica crítica e a metodologia participativa (PIBID/Universidade-Escola) como instrumentos eficazes de transformação social e valorização das experiências dos educandos.

Os resultados obtidos sinalizam a urgência de aprofundar investigações sobre o racismo ambiental em diferentes contextos urbanos, explorando o impacto de políticas

públicas em territórios racializados, a relação entre emergência climática e vulnerabilidade, e o papel das linguagens visuais na construção de narrativas de resistência.

A ausência de políticas públicas articuladas perpetua o ciclo de exclusão. O racismo ambiental não apenas evidencia as desigualdades históricas, mas as reproduz, naturalizando a precariedade, o descaso e a falta de oportunidades vivenciadas pelos alunos do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti, o que impacta sua formação integral.

Compreender o racismo ambiental no Rio de Janeiro é reconhecer que as desigualdades socioespaciais se estendem ao direito à educação, à cidade e à dignidade. Superar este cenário exige políticas públicas intersetoriais que garantam não só o acesso à escola, mas a um ambiente saudável e seguro.

## REFERÊNCIAS

- BELMONT, Mariana. Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil. São Paulo: Instituto de Referência Negra Peregum, 2023.
- CASTELLAR, S. M. V. Raciocínio geográfico e a teoria do reconhecimento na formação do professor de geografia. Revista Signos Geográficos, v. 1, p. 20, 2019.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GOMES, Paulo César da Costa. Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: s.n., [2017].
- HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- SANTANA, Fabio Tadeu de Macedo. Favela como paisagem na produção fílmica da série Cidade dos Homens / Fabio Tadeu de Macedo Santana; Ivaldo Gonçalves de Lima, orientador. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a Cidade – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Territórios e ambientes: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.





STEINKE, Valdir Adilson; REIS JUNIOR, Dante Flávio; COSTA, Everaldo Batista (org.). Geografia e fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos. Brasília: LAGIM-UNB, 2014.

IX Seminário Nacional do PIBID

